



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 49ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Quielse Crisóstomo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiani Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes 47; achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino Basílio Zanusso, David Federmann Ivan Ruppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpellini 6

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à Leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE Não há Expediente a ser lido.
Passa-se a

ORDEM DO DIA.

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 27/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 224/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento de Programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil no Estado. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/75

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de abril de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento de programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil no Estado.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 224/74

1. A Proposição que ora nos é dado examinar, constitui-se da Mensagem Governamental nº 78 74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica do convênio celebrado em 18 de abril de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento do programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil do Estado.

2. Preliminarmente, a inexplicável demora de mais de dez meses para o Governo do Estado enviar ao Legislativo esta Mensagem, não pode passar desapercibida, eis que flagrantemente contraria as normas administrativas federais (Art. 175, do Dec. Lei 200, de 25.2.67) que fixam prazos determinados. A omissão governamental abre a possibilidade de ser o Estado prejudicado pela não formalização dos requisitos legais ou seja a apreciação desta Casa de Leis em tempo hábil e oportuno.

3. No mérito somos pela APROVAÇÃO do convênio dos termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 28/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 229/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionado com a Saúde Mental. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/75

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionados com a saúde mental.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 229/74

1. A Proposição em exame contém termo do convênio celebrado em 26 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades relacionados com a saúde mental.

2. Preliminarmente, a inexplicável demora de mais de 10 meses para o Governo do Estado encaminhar ao Poder Legislativo esta Mensagem, não pode passar desapercibida, eis que flagrantemente contraria as normas administrativas federais (Art. do Dec. Lei nº 200, de 25.2.67), que fixam prazos determinados. A omissão Governamental abre a possibilidade de ser o Estado prejudicado pela não formalização dos requisitos legais ou

seja a apreciação desta Casa de Leis em tempo hábil e oportuno.

3. Quanto ao mérito não há nada a opor, somos pela APROVAÇÃO do convênio na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 27/75 e 28/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1975.

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Quielse Crisóstomo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Basílio Zanusso, David Federmann, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do General AMILCAR DA SILVA PIRES, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Outrossim, requer se dê ciência à família, enlutada da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

a) FABIANO BRAGA CORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Eugênio José Bocchi, médico da Santa Casa de Misericórdia, Saúde, Hospital Infantil, Hospital da Rede Ferroviária em Ponta Grossa, ocorrido dia 24 do corrente.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando informações dos motivos que provocam a demora na expedição de cédulas de identidade civil pelo Instituto de Identificação e, requer ainda, que este serviço seja feito com a maior brevidade.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o interessado em obter cédula de identidade civil, principalmente do interior, comparece aos postos de identificação, geralmente anexos às Delegacias de Polícia, para requerer a cédula de identidade. O funcionário estipula um prazo, quase sempre de 60 a 90 dias para a entrega. Findo o prazo, o interessado comparece ao posto para a retirada e, recebe, invariavelmente a notícia que "vai demorar mais alguns dias", e a maratona continuará por mais alguns 90 dias outros. Urge portanto, que providências sejam tomadas para maior facilidade na obtenção do referido documento.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado à Direção do Banco do Brasil, em Curitiba e Brasília, veemente apelo no sentido de ser determinado o início da construção do prédio da futura agência daquele Banco no Município de Pitanga, já criada, com o terreno já doado para esse fim, dependendo tão somente dessa construção para a sua instalação.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, seja oficiado aos Exmos. Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, no sentido de que, a partir desta data, conste nas passagens de ônibus, exceto os urbanos, o nome do passageiro e seu respectivo documento.

Prende-se o fato de identificação nos casos de acidentes, é uma contribuição valiosa no setor policial.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer a V. Exa. se digne, após ouvido o douto Plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Exmo. Srs. Dr. ARNALDO BUSATO, DD. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de encarecer da necessidade de promover a vacinação em massa contra o pernicioso mal da meningite, nos municípios de CATANDUVAS, CORBÉLIA, GUARANIAÇU, CÉU AZUL e CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, além daqueles já noticiados pela imprensa como sendo alvo de tal preocupação por parte daquela Secretaria, entre os quais Cascavel e Foz do Iguaçu.

Outrossim, requer sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Secretário, medidas urgentes visando dotar os Postos de Saúde de Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Guaraniaçu, Céu Azul e Capitão Leônidas Marques que todas as condições necessárias a um perfeito atendimento ao povo que para ali se dirige em busca da recuperação da saúde.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É do conhecimento de todos o elevado índice dessa perniciosa doença, que vem assolando não só o Paraná como todo o Brasil. Também é do conhecimento geral o trabalho que a Secretaria da Saúde vem desenvolvendo no combate a esse mal, através da vacinação que ora se inicia. Entretanto, necessário se faz a defesa dos municípios do Oeste, acima citados, cuja população tem dificuldades em chegar aos postos de vacinação mais bem dotados, sendo de vital importância que se leve até ali os meios preventivos da doença, inclusive esclarecendo a população interiorana sobre as medidas profiláticas a serem tomadas, visando a prevenção do mal.

Aliás, é de se salientar que é no interior que a doença mais se agrava, em face das precárias condições de higiene.

De outra parte, considerando que os Postos de Saúde localizados em Cascavel e municípios vizinhos são responsáveis pelo atendimento de elevado número de pessoas, abrangendo extensa área adjacente, faz-se mister que sejam dotados das condições necessárias a um atendimento perfeito à população, tanto de caráter preventivo dessa doença, como de outros males que vem acometendo as camadas mais humildes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, Presidente do Tribunal de Justiça de nosso Estado, no sentido de solicitar seja estudada a possibilidade da criação e instalação de comarca no município de Palotina.

A justificativa do presente requerimento é alicerçada na necessidade gerada pelo progresso do município cognominado "Capital do Soja" com uma população de cerca de 60.000 habitantes e com número de eleitores em torno de 17.000. Atualmente pertencendo à Comarca de Toledo que dista 80 quilômetros de Palotina, trajeto servido por estradas não asfaltadas. Daí o justo reclamo da comuna palotinese que através de seu povo tem dado muito em favor da riqueza do Paraná esperando receber a justa retribuição.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental, após ouvir o Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, determinando a modificação da transmissão da Agência Nacional "A Voz do Brasil", para que seja irradiada, e televisionada, dando conhecimento ao povo brasileiro, dos atos mais relevantes que ocorra no Território Nacional.

Creio que esta medida tornará mais esclarecedora esta Nação, porque os maiores fatos e atos, a população deixa de tomar conhecimento em virtude de que no horário atual, ou seja das 19 às 20 horas, são televisionadas novelas e filmes.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O Artigo 39 do Regimento Interno fica acrescido dos seguintes incisos:

XIV — Recursos Humanos.

XV — Ecologia e Meio Ambiente.

Art. 2º — À Comissão de Recursos Humanos, compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei relacionados com as atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para administração direta e autárquica.

Art. 3º — À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei que tratam de matéria que diga respeito à manutenção da ecologia e preservação do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) PAULO CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURÍCIO FRUET — 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

É salutar e acauteladora a presente proposta, a própria Reforma Administrativa do Poder Executivo deixou determinadas Comissões sobrecarregadas, haja visto o desmembramento de diversas Secretarias de Estado.

Procura, o projeto em tela criar, também, novas Comissões, pelas suas próprias necessidades de correlação com as Secretarias já então criadas.

Criam-se as Comissões de **Ecologia e Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. Justifica-las seria redundância, pois os próprios nomes das mesas falam por si.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 47/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O Servidor Público, que tenha direitos à gratificação de produtividade, manterá a mesma, quando à disposição de qualquer órgão público, federal, estadual ou municipal.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, Sr. Presidente, o funcionário público que estiver à disposição de qualquer outro órgão, seja da esfera federal, estadual ou municipal, e mesmo, quando prestando serviço em outro Poder constituído que não o de sua lotação, perde a gratificação de produtividade.

Isto em nosso entender é uma incongruência, pois pressupõe-se que, o servidor, no caso em tela, perde direito a esta gratificação por sua própria deficiência funcional, já que, se se mantiver no seu quadro de origem o mesmo é produtivo, e, portanto, merecedor do citado prêmio, e, quando é solicitado por outro órgão, que necessita de seus serviços deixa de o sê-lo.

Com a medida proposta, seria solucionado este problema, que vem acarretando uma série de justas reclamações por quem de direito.

PROJETO DE LEI Nº 48/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS HEMOFÍLICOS”, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Hemofílicos é uma entidade que tem como principal objetivo a orientação médica e a assistência educativa e social aos hemofílicos e suas famílias, além de proporcionar a formação de técnicos especializados no incentivo à pesquisa no campo da hemofilia. É uma sociedade civil, de caráter puramente filantrópico e sem fins lucrativos. De acordo com a legislação vigente, está perfeitamente enquadrada dentro dos requisitos exigidos para que o Poder Público a reconheça de utilidade pública. Isto exposto, temos a certeza de que o presente projeto de lei merecerá o apoio e a total aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente desejo fazer uma saudação ao nosso ex-colega Sebastião Rodrigues Junior, Deputado Federal pelo MDB à Câmara Federal. Ao nosso ex-companheiro de Assembléia nosso cordial amplexo.

Queríamos pedir vênias a S. Exa. o Sr. Presidente desta Casa e aos nobres companheiros de bancada para que, dentro desta euforia peculiar aos homens que labutam ao lado dos homens do povo, transmitir, com orgulho e honra, o que foi publicado na “Gazeta do Povo”, sobre as obras da Rodovia PR-1 e PR-92, hoje chamada Rodovia “Parigot de Souza”.

Quereamos pedir vênias, Sr. Presidente, para ler o editorial deste tradicional matutino “Gazeta do Povo”, que diz o seguinte:

(Lendo): “Desde a construção da “Rodovia do Café”, nunca se viu movimentação maior no campo da realização rodoviária no Estado. Como agora, com a construção da PR-092, Rodovia “Parigot de Souza”, o que valida a unanimidade com que as autoridades e o povo da região do Norte Pioneiro consideram a “obra da década”.

O aceleração dos trabalhos, determinado pelo Governador Jayme Canet Junior, traduz o desejo do Governo do Estado, em entregar aquela obra no menor prazo de tempo possível.

Ao longo da rodovia, o Departamento de Estradas de Rodagem, órgão da Secretaria dos Transportes, imprime ritmo de trabalho dos mais dinâmicos, exigindo de homens e máquinas concentrado esforço, com vistas às determinações do Governador Jayme Canet Junior.

São 152 quilômetros de estrada, pavimentada, a partir de Jaguariaíva, até Santo Antonio da Platina, aproximando as cidades do Norte Pioneiro e da sua Capital, abrindo as portas dos mercados consumidores do Sul e principalmente do Porto de Paranaguá, terminal dos “Corredores de Exportação”.

Em recente pronunciamento aos órgãos de imprensa da região de Jacarezinho, o engenheiro Hamilton Vilela (Guimarães presidente da Comissão Especial de Obras do DER, adiantou que possivelmente até fevereiro do próximo ano, aquela rodovia estará concluída. Informou ainda que os Governos Federal e Estadual investirão na PR-092 e BR-153 um montante de 480 milhões de cruzeiros, prevendo-se maior dinamicidade nos trabalhos.

Na PR-092, as obras de arte já estão praticamente concluídas. São quatorze viadutos ferroviários, sendo o maior deles, o que se localiza entre Joaquim Távora e Quatiguá, com vão de 160 metros.

Para se ter uma idéia da grandiosidade dessa obra, basta dizer que nela foram empregados 2 mil metros cúbicos de concreto armado e 170 mil quilos de aço. Seu escoramento absorveu quase 4 mil quilos de pregos e 1.500 pés de eucaliptos. O viaduto tem quatro vãos de 36 metros, duas balanças de 8 metros e uma altura de 7 metros.

Quanto à terraplenagem, o trecho compreendido entre Wenceslau Braz e Siqueira Campos, acha-se totalmente concluído, prevendo-se para até o final do ano o término do referido trecho.

RETRIBUIÇÃO.

Segundo entendimento corrente, a construção desse eixo rodoviário constitui justa retribuição ao esforço do Norte Pioneiro, que sempre contribuiu com considerável parcela para a formação do quadro econômico estadual. Porém, reflete antes de tudo, a permanente preocupação da Secretaria dos Transportes que tem à frente o engenheiro Osisris Stenghel Guimarães de contribuir para o progresso em todos os quadrantes do Paraná, através de uma rede de vias de escoamento compatível com as perspectivas de produtividade, emergentes do seu grande potencial.

Através dessa rodovia o percurso Santo Antonio da Platina — Curitiba, poderá ser feito em 4 horas e 50 minutos, mantida a média de 80 km/h.”

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa a V. Exa. que lhe resta apenas um minuto para o término do seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente, vou concluir. Passarei a ler o meu Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado infra assinado, usando de suas prerrogativas e na forma regimental, Requer, após ouvido o Plenário, se registre na Ata da presente Sessão, a manifestação de júbilo do povo do Norte Pioneiro, consubstanciada no presente voto de aplausos ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Junior, pelas determinações de S. Exa. aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor Geral do DER, no sentido de serem acelerados os trabalhos de construção da Rodovia “Parigot de Souza”, PR-092, trecho Jaguariaíva-Santo Antonio da Platina.

Como se vê da publicação no conceituado jornal inserida “Gazeta do Povo”, incluso, trata-se de empreendimento administrativo do Governo da mais alta importância, que, iniciado na gestão do saudoso Professor Pedro Parigot de Souza, será concluído, possivelmente, até fevereiro do próximo ano, pelo atual Governo, concretizando-se, assim, justa e antiga reivindicação do

Norte Pioneiro, cujas autoridades são unânimes em considerá-lo a "obra da década", para o desenvolvimento e progresso daquela região.

As determinações do Exmo. Sr. Governador, prontamente acatadas e em vias de execução pela Secretaria dos Transportes e DER, caracterizam, inquestionavelmente, o reconhecimento daquela obra como das mais importantes para o Estado e o interesse do Governo em concluí-la dentro do menor tempo possível.

E, portanto, justo que os Anais da Casa consignem ao ilustre Governador Jvame Canet Junior, o voto de aplausos ora proposto, bem como aos Exmos. Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, pelas mesmas razões.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

4. GABRIEL MANOEL".

Pediria vênha, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela pressa em lermos isso, porque o nosso tempo está esgotado.

Muito obrigado **(Sem revisão do orador)**.

(O SR. PRESIDENTE — Findo o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

(O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em dias da semana passada diversos oradores ocuparam a tribuna e falaram sobre o problema "estradas no Paraná".

Numa dessas ocasiões, tive oportunidade de pedir um aparte, em assunto de tão grande relevância. Hoje, trouxe aqui um expediente para ser encaminhado ao Sr. Ministro dos Transportes, com referência ao Sul. Refiro-me à duplicação da estrada de Campo Largo — Sprea.

Não se justifica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se deixe para o futuro a construção da segunda pista de Campo Largo ao Sprea, são apenas 27 quilômetros que, concluídos juntamente com a outra parte virá realmente desafogar, em muito, o tráfego dessa estrada.

Por este motivo, quero ler aqui um requerimento em sentido de apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, e peço o apoio de nossos Srs. Parlamentares na aprovação deste nosso Requerimento, a fim de que realmente possamos alcançar este benefício com a maior brevidade possível, para o nosso Estado.

Vou passar a ler o expediente, que pretendo encaminhar a esta Assembléia. (Lê):

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições leva

legais, e na forma regimental Requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, transmitindo veementemente apelo desta Assembléia Legislativa no sentido de estender a construção de segunda pista da BR-277, trecho Paranaguá-Campo Largo, até o encontro com a rodovia Palmeira-Irati-Relógio, para evitar que com a conclusão desta, crie-se uma sobrecarga de tráfego insuportável entre Campo Largo e o entroncamento com Palmeira-Irati-Relógio, num trecho de 27 quilômetros.

Requer em aditamento, que sejam enviados ofícios aos Exmos. Sr. Diretor do DNER, Sr. Governador do Estado do Paraná e Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que também lutem com denodo por tão indispensável reivindicação, de interesse vital para a economia paranaense.

JUSTIFICATIVA:

As estatísticas sobre o crescimento do tráfego rodoviário no Estado do Paraná, apresentam uma curva ascendente acentuada na rota leste-oeste, particularmente, depois da consolidação de novos polos econômicos nas regiões Oeste e Sudoeste.

A grande massa de tráfego corre ao longo da BR-277, rodovia que faz a ligação entre o Porto de Paranaguá e Foz do Iguaçu, conectando-se ali com a rodovia Puerto Stroessner Assunción.

O trecho Curitiba-Ponta Grossa é extraordinariamente sobrecarregado por servir também às ligações que demandam o

Norte Paranaense — a rodovia do Café (Ponta Grossa-Apucarana) e Ponta Grossa a Itararé.

Impõe-se dar condições adequadas a esse tráfego incomum.

Uma das soluções encontradas foi a construção da variante Palmeira-Irati-Relógio, que virá desafogar o trecho entre Ponta Grossa e o local denominado Spréa, onde se dá o entroncamento das rodovias.

É evidente que com a abertura desses dois trechos toda a sobrecarga de tráfego se refletirá, de maneira catastrófica, sobre os 27 quilômetros de estrada que separam Campo Largo de Spréa, no ponto de conexão com Palmeira-Irati-Relógio. Nesses poucos quilômetros encontrar-se-ão automóveis, ônibus e caminhões oriundos de todos os quadrantes do Estado. E não é difícil imaginar as consequências desse encontro nas estatísticas de acidentes fatais, no desestímulo da exportação via Porto de Paranaguá, no desgaste das máquinas e dos homens torçados a transportar tão difícil obstáculo.

Sabemos que a atual política viária do Governo Federal se processa em termos realistas e em bases técnicas. E só compreendemos a situação retratada como um lapso do planejador, que inadvertidamente, deixou de considerar a próxima inauguração da variante Palmeira-Irati-Relógio ao limitar a duplicação da pista ao trecho Curitiba-Campo Largo. Estamos certos de que, alertado por esta Casa, o Ministério dos Transportes há de atender ao justo apelo da economia paranaense, acrescentando 27 quilômetros ao trecho a ser duplicado. Esse investimento há de se pagar muitas vezes na economia de combustível, na diminuição, de acidentes e na maior velocidade do fluxo rodoviário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975

a ALFREDO GULIN".

— **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna com satisfação, porque venho relatar à Casa um acontecimento auspicioso, realizado no último sábado. Quero referir-me à inauguração da iluminação do estádio de futebol, o primeiro da região do Sudoeste, na cidade de Clevelândia. Mais significativo ainda, porque esta iluminação foi feita por um entendimento de administração municipal.

Nós bem sabemos, que onde não existem os serviços municipais, onde existe a COPEL, não vai a crítica porque a política da COPEL visa exclusivamente um lucro e onde não há o pagamento ao custo de qualquer eletrificação, a COPEL tem sistematicamente se omitido.

Porisso, congratulo-me com a administração municipal de Clevelândia que entendeu, de que uma das tarefas, uma das obrigações da administração é favorecer todas as atividades da sociedade.

E o esporte é, por excelência, de interesse social e público.

Portanto, a iluminação de um estádio de futebol, gratuitamente, pelo Poder Público significa, a real intervenção deste na prática desportiva. E nós imagináramos se todo o interior deste Estado, se todo interior do Brasil, tivesse do Poder Público, a oportunidade que teve Clevelândia, de receber gratuitamente, uma praça esportiva iluminada, facilitando aos desportistas e à nossa juventude, fazer a prática esportiva sadia, nós teríamos reduzido em muito, o índice até da criminalidade neste Estado.

Meus parabéns à Clevelândia pela iniciativa deste estádio, principalmente ao sudoeste do Paraná, por ser o primeiro estádio a ser iluminado.

As minhas congratulações ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e em especial, ao Serviço Autônomo Municipal de Eletrificação de Clevelândia, que arcou com o pesado ônus, mas que deu um exemplo típico da COPEL, seguir porque a COPEL

é a maior companhia do Paraná, e que poderia, em outras oportunidades, favorecer aos interesses públicos, favorecer aos interesses comunitários, principalmente dar a oportunidade a que a nossa juventude, a que o esporte de nossa terra, tivesse um incremento maior.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com este intuito que apresento à Casa um voto de regozijo para que seja transmitido àquele município do Sudoeste, vasado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja ouvido o Plenário, para aprovação de voto de regozijo ao Poder Executivo e Legislativo do Município de Clevelândia, em especial à SAMEL — Serviço Autônomo Municipal de Energia Elétrica, por ter iluminado modernamente e sem ônus para o Esporte Clube Tabu, o estádio Max Stalchmidt, patrimônio esportivo do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Estádio Max Stalchmidt é o primeiro campo de futebol da região Sudoeste do Estado do Paraná a ser iluminado. Por outro lado, tal iluminação foi totalmente gratuita, de vez que a administração municipal de Clevelândia, por intermédio da SAMEL arcou com todo o custo de tal iluminação. Tal iniciativa representa o exato papel da administração indireta, ou seja, dar atendimento ao público nos mais diversos setores da atividade humana e em especial aos de interesse social, como é o esporte. Exemplo que a COPEL poderia adotar, para restabelecer no interior, a prática esportiva, ora abalada pela falta de lugares apropriados à sua realização".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Aلعنار.

O SR. EDILSON ALENAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Nunca o Poder Legislativo recebeu tão difícil cargo como nos tempos atuais. Dele se espera muito, até o que não pode produzir sozinho: que é a democracia, o progresso e o bem estar das populações.

Papel singular este, em nosso processo de desenvolvimento, em que não temos a direção, nossa participação é minimizada e ainda o povo nos faz porta vozes de suas queixas e aspirações. É que o povo teve usurpados seus direitos de auto-determinação, e frustrado em sua tentativa de postular melhor situação de vida, acredita em nossa sinceridade eleitoral, quando reivindicamos o direito de representá-lo.

O Poder Legislativo ficou na incômoda posição entre a cruz popular e o caldeirão do Governo. Os olhos dos brasileiros estão voltados para o Poder Legislativo, a tribuna popular, cujos integrantes aceitaram a regra de um jogo ainda viciado, marcado pela insinceridade e pelas mistificações.

Em qualquer período histórico de um país, sob as condições mais adversas, um representante do povo tem o dever de lutar pelos interesses das classes sociais e camadas profissionais que representa. Outro dever é o de conduzir-se com retidão de princípios, de forma clara e desassombrada. E não podemos fugir a este imperativo político que honra um mandato e dignifica o homem público.

Todavia, há certos temas que o legislador não pode abordar criteriosamente, sem antes estabelecer os parâmetros de seu pensamento e os objetivos precisos que quer atingir. É por exemplo o tema da moralização da função e serviço públicos.

É um tema ingrato ao legislador consciente; seja porque costuma atrair os arrivistas interessados em assumir posição perante a opinião pública e, portanto, obter créditos indevidos, seja porque a questão é intrincada e não é de inteira justiça criticar servidores de baixo nível e deixar de lado os grandes responsá-

veis pelos erros que ocorrem. E este País tem uma tradição negativa de esconder a responsabilidade dos chefes e denegrir a atividade dos pequenos e humildes: só assim se entende a imagem que se criou do trabalhador brasileiro, no campo e na cidade, e inclusive a imagem do funcionário público.

A bandeira da moralidade muitas vezes foi empunhada pelo pior dos imoralistas: o profissional da moralidade que, sem filosofia e princípios sociais definidos, se atirou candente a debater os tempos e os costumes. Na vida pública, esse profissional, pago para exercer funções, nomeado para dirigir, encarregado de lutar por causas manifestas, se volta para o mais falso e rendoso: ser o falso campeão da ética, da moralidade e dos costumes. É ele um defensor de frações minoritárias na sociedade, mas se impõe pela atoarda, pela posição falsamente intransigente com os costumes e a moral; e perfilha essas posições falsas que se identificam com doutrinas e idéias velhas, sempre encapuçadas com as bandeiras dos interesses nacionais e sociais.

Vivemos um período histórico em que esse comportamento ganhou notoriedade. Porisso, de um lado tememos a identificação por esses fariseus modernos; de outro — e em razão de seus proclamas — obrigamo-nos a não lhes permitir impunemente que procurem apropriar-se da bandeira da decência, da honestidade e da correção. Embora necessitando justificar nossa posição previamente, não podemos deixar que uma posição errônea perdure, pelas dificuldades de enfrentamento de questões delicadas e sutis.

Em nossa sociedade, o serviço público, tem um lugar de excessiva preeminência, que ultrapassa as questões funcionais. E, ainda que não pretendamos aqui analisar as causas desse destaque, devemos registrar que em parte é resultado do inchaço de poder da máquina burocrática do Estado e seus serviços paralelos. A estrutura administrativa do Estado, a estrutura fiscal, a estrutura econômica-financeira, a estrutura técnica, a estrutura repressiva, agora superestruturada: enfim, a estrutura burocrática e político-burocrática cresceu desmesuradamente. Ficou muito difícil alguém definir se a filosofia que preside nosso governo é de aumentar os quadros burocráticos para atender às necessidades sociais ou se o aumento dos quadros burocráticos do Estado procure às cegas criar novas necessidades sociais.

Mas, o crescimento desmesurado do aparelho burocrático do Estado não trouxe maior alcance do serviço público, melhor desempenho e exação. Parece que esse crescimento não tem sentido por falta de objetivos conscientes. Creio que e a idéia de sociedade, a filosofia de governo, o movimento particular de apropriar-se um grupo da máquina do Estado não permite um caminho correto e uma solução ao emperramento da burocracia oficial.

Porém, não seria adequado ficar apenas na filosofia particularista que se apossou da administração pública. Quem são as correntes, os partidos e os dirigentes que têm essas idéias; quem se apresente publicamente como combatente à corrupção quando com ela transige? As respostas a estas questões somente se obtêm, em toda a clareza necessária, através das decisões e atos dos dirigentes. Eles respondem melhor, as decisões e os atos, quando a situação se apresenta com a evidência incontestável.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados:

Este problema é grave. E nós temos o dever de analisá-lo objetivamente e com profundidade que requer. Não se trata de uma questão secundária que devemos passar por alto. Devemos, a respeito, adotar uma posição constante de quem sabe a função do Estado e seus serviços, do quanto depende a nação do serviço público. O mau funcionamento dos serviços públicos põem em perigo o funcionamento de serviços essenciais, que ficam entra-

Além de gerarem, dentro da estrutura burocrática, injustiças, desestímulos e frustrações.

É o próprio governo — como bem disse o Deputado Adal-

berto Daros em recente pronunciamento — que desvirtua subverte e muda os padrões de boa conduta, quando não paga o suficiente e nem cria estímulos corretos para o desempenho funcional. Mas, ao mesmo tempo em que fazemos o registro dessa responsabilidade governamental e lutamos para sanar essa situação, exigimos dedicação, trabalho e exaço. Não se pode alegar o erro para recusar-se ao trabalho, sob pena de termos de educar primeiro o homem, acelerar a sociedade, antes de pretender que ele plante, que ele trabalhe, que ele estude.

Nossas repartições públicas estão cheias de anomalias funcionais. Funcionários do Executivo prestam serviços a entidades paraestatais e de economia mista. Funcionários do Judiciário servem ao Executivo. Do Legislativo estão em outras repartições e serviços. Muita gente está à disposição, fora de seus locais de origem. São tantos os desviados que parece ser o caso de uma lei, reenquadrando-os onde estiverem.

E nós que estamos corretamente preocupados em fiscalizar os atos de governo, o sistema de funcionamento de todos os setores, devemos continuar nossa função pública. Porém, devemos dar o exemplo. Devemos retomar o crédito de quem inicia por sua casa as medidas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Tudo isto nos mostra um aparelho de Estado desvirtuado também em suas possibilidades de funcionamento porque a política clientelista de uma parte e de outra algumas exigências de maior qualificação levaram ao tumulto e ao emperramento das atividades dos serviços públicos. Bem verdade que a Secretaria dos Recursos Humanos deve estar atenta, embora creia que se preocupa em servir, e apenas teoricamente, ao Poder Executivo do Estado. Também a Secretaria da Administração está pagando caro um planejamento para o Paraná; cujo planejamento, esperamos — não seja nos moldes do que se tentou implantar em Minas Gerais e que terminou em decisão judicial.

O que se pode afirmar com toda certeza e que as coisas não estão bem. Não estão caminhando corretamente e poucas vezes se preocupam com essa crise burocrática que é resultado de uma maneira muito especial e oportunista de ver os acontecimentos. Mas se poucas vezes se ocupam de tal problema, o próprio funcionalismo deve exasperar-se ante as injustiças, preferências, com favoritismos; quando dizemos o funcionalismo, queremos nos referir especialmente aos que trabalham, aos que optaram profissionalmente pelo serviço público e a ele se dedicam e dele esperam viver honestamente”.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estamos escutando atentamente o seu brilhante pronunciamento e só queremos discordar num ponto, quando V. Exa. fala que não estão bem os estudos no que tange ao funcionalismo público. Não temos nada, Sr. Deputado, com o problema de Minas Gerais; queremos apenas discordar de V. Exa. em um ponto, em que pese sua inteligência peculiar, combatividade dinâmica e tirocínio político, quando V. Exa. faz, ilustradamente, referência às Secretarias, queria dizer que elas fazem apenas estudos, e não queremos que V. Exa. faça um prévio lamento, porque a vontade dos Secretários é que as coisas vão bem para o Paraná também ir bem.

Para isso, contamos com o apoio de V. Exa. e queremos só discordar nesse ponto de vista.

Por enquanto, não queremos fazer um julgamento dos planos e estudos das Secretarias de Administração e das outras Secretarias, porque estão apenas em fase de estudo.

Tenho a dizer a V. Exa., com relação ao documento que está lendo, que, inopinadamente estou interrompendo, que as coisas irão bem no Paraná graças ao apoio incondicional dos homens da bancada do MDB e também do Poder Executivo.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte do nobre Deputado e quero informar que, quando disse que o fun-

cionalismo público do Paraná não vai bem no tocante a esta categoria funcional, tenho, inclusive, provas das muitas irregularidades verificadas, principalmente, nesta Casa.

(Lendo): “O serviço público civil é regulado pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, que capitula direitos e deveres de toda categoria assalariada pelo Estado. Com base nos procedimentos ali estatuídos os servidores públicos e os responsáveis dirigentes organizam os serviços em face das necessidades existentes. Infelizmente, falta-lhe um código de procedimentos, complementar, para o governador e os chefes dos demais poderes e seus auxiliares na tarefa de direção dos negócios do Estado. Infelizmente, esse Código de Procedimentos deveria existir, assinalando direitos e deveres, com respectivas punições aos chefes de Secretarias, Departamentos, Institutos, etc. E não se poderia excluir de um Código dessa ordem o Poder Legislativo, sobre o qual — já se afirmou — repousam os olhos esperançosos do povo.

No caso do Poder Legislativo, a responsabilidade pelo perfeito funcionamento da estrutura e dos serviços é mais grave. Pois são os Deputados que se estão incumbindo da fiança do Poder Público no geral, como fiscais populares.

Entretanto, sem observarmos a situação funcional no Poder Legislativo do Paraná nos surpreendemos: há enormes carências e muitos privilégios. Embora se diga que a situação não é nova isso não exclui o dever de retificar os erros existentes, para que não se compactue com eles. Não importa, aqui analisar os antecedentes dos erros e sim procurar os meios de sanar as irregularidades. E mesmo que se tenha a cautela de não nos investirmos no papel de moralista, a simples advertência, o conselho ao pé do ouvido não poderá apresentar resultados pois que a existência de uma Comissão Executiva no Poder Legislativo não retira dos Deputados o direito e o dever de, através dela, dirigir o serviço público nesta Casa.”

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Em que pese o pouco tempo que está funcionando a Comissão Executiva desta Assembléia na 8ª Legislatura, em que pese a anterior Comissão Executiva que muito admiramos, as quais foram e são constituídas por uma pleiade de homens que, como V. Exa. está imbuída da melhor vontade de trabalhar pelo Paraná, pelo seu funcionalismo e pela sua gente.

A Comissão Executiva está lutando, como V. Exa., para preencher esta lacuna, com justiça, com precisão e com acertiva, para que tudo seja feito de acordo. Há um cuidado para que nada saia errado, nem para gregos, nem para troianos. Não podemos fazer, como disse, um pré-julgamento de um Governo que acaba de se instalar, reconhecemos no entanto que o pronunciamento de V. Exa. está imbuído da melhor boa vontade em cooperar com os 3 Poderes constituídos do Estado — Legislativo, Executivo e Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de V. Exa. (Continua a leitura).

“Só para lembrar, não é demais dizer que se o Legislativo, em sua estrutura burocrática, se equivocar sobre os caminhos da administração interna, estaremos falindo num dos pilares que é nossa consciência crítica e na necessária convicção que todos temos — de que não podemos admitir a usurpação de direitos que se estão a praticar em outros setores funcionais. A função da Comissão Executiva do Poder Legislativo não está acima do direito, explícito e inconfundível, de consultas a todos os parlamentares, ressalvadas apenas as capitulações constitucionais e do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Assim, não podemos aceitar que esta Casa descaminhe-se pelos usos e costumes quando então, administrador pode entender superpor-se à Lei, e ao bom-senso e às vezes à Justiça. A direção do Poder Legislativo é compartilhada por cada deputado, por delegação expressa de consentimento às questões gerais, e de

representação partidária através das lideranças em questões particulares; salvo reparos que fizerem os Senhores Deputados. A atual Comissão Executiva deste Poder herdou uma situação não explícita, irregular, de contar mais de 600 funcionários nos registros desta Casa e dispor efetivamente apenas de pouco mais de 200.

O Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, no seu capítulo IV, Das Proibições, Artigo 285, Inciso XV, diz que ao funcionário é proibido "deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificativa". E então, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, solicitamos da Comissão Executiva a justificativa sobre as causas do licenciamento de quase 400 funcionários deste Poder, cuja ausência muito reflete sobre o andamento de nossos trabalhos.

Poucas pessoas terão mais respeito ao servidor público do que este Deputado. Poucos terão maior disposição de ânimo para postular melhor situação funcional aos profissionais do serviço público e lutar para a elevação de seu padrão de vida e cultura.

Mas, justamente pelo respeito que tenho à classe profissional é que sei o quanto é injusto e desestimulante aceitar situações de privilégios funcionais; aceitar que se desvirtue o serviço público com o estabelecimento de vantagens não conquistadas.

Talvez não seja preciso sensibilizar meus nobres pares para uma causa evidentemente justa e oportuna. Bastará lembrar, e então a própria Comissão Executiva, retomando a consulta ao consenso deste corpo legislativo, à responsabilidade política e moral desta Casa, tomará tenho a certeza, as providências cabíveis para a restauração da moralidade funcional e o melhor andamento dos trabalhos nesta Casa.

Tenho a convicção de que a atual Comissão Executiva não assumiu ainda suas prerrogativas e dever por considerar-se em terreno não muito sólido; buscando um alento, um estímulo no consenso dos Deputados. Mas o faz de maneira inadequada, como se dependesse de manifestações que serão feitas individualmente. E não deve esperar, pois a evidência não necessita consultas e delongas. O consenso se expressa na legitimação da medida, no alto sentido que tem e no alcance que se consegue.

Acho, sim, que o consenso deve ser explícito quando se designam as diretorias, as posições-chave, a oferta de meios claro e inequívoco para o bom desempenho parlamentar, nem que se tenha de usar de recursos inusitados. Porque, antes de qualquer outra coisa deve o Poder Legislativo pautar pela absoluta moralidade e pela Justiça. E porque não colide com esses objetivos devemos pôr a estrutura e o sistema de funcionamento desta Casa a serviço da tarefa do legislador. É hora de aprofundar uma reforma nos serviços do Legislador e o primeiro passo é proceder ao levantamento dos funcionários que estão em efetivo exercício, dos que estão ausentes e qualquer título. E então se faça a convocação dos injustificadamente ausentes para que justifiquem sua situação irregular.

O Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, no Capítulo V, "Da Responsabilidade", diz em seu artigo 286: "Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal e administrativamente". E no artigo 287: "A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou de terceiros".

E adiante, no Capítulo IV, das Penalidades, no Artigo 291: discrimina as penas até a destituição de função e demissão. Se do que é cabível a pena de demissão por abandono do cargo, que é considerado por ausência em serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos. Ou ainda será demitido o "funcionário que durante o período de 12 meses, faltar ao serviço sessenta dias interpoladamente, sem causa justificativa".

O SR. GABRIEL MANOEL – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa interrompe o orador para conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel. A Mesa comunica ao nobre Deputado Gabriel Manoel que conce-

deu a palavra, pela ordem, e solicita a V. Exa. que invoque o artigo do Regimento, para que depois possa falar.

O SR. GABRIEL MANOEL – Se V. Exa. me deu o aparte, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa não concedeu o aparte. Regimentalmente, V. Exa. deve indicar o artigo do Regimento para que a Mesa possa assegurar a palavra a V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL – É questão de ordem, não tenho o artigo.

Aguardarei serenamente até que V. Exa. saiba se tenho ou não o direito, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa assegura a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR – Obrigado. (Continua lendo):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém pode ser passivo quando vê o erro, a injustiça. Não há neutralidade possíveis. Estamos ainda no início de nossos trabalhos, porém as providências para a reparação de uma situação funcional injusta e corrosiva já está tardando. Há dias o Deputado Adalberto Daros, com o apoio de todos os deputados, incentivou a Comissão Executiva desta Casa a apresentar projeto de resolução, reparando a injustiça que se fez aos servidores públicos deste Poder, concedendo-lhe aumento irrisório.

Creio que devemos com brevidade reajustar os vencimentos de nossos funcionários, esperando que o Executivo estenda esse reajustamento já conseguido pelo Poder Judiciário a todos os servidores públicos. Mas a par desta justa medida, devemos reorganizar a situação de nossos 600 funcionários, dos quais se encontram trabalhando pouco mais de 200. Este é um imperativo a que não podemos fugir.

Devemos adotar prontas e enérgicas medidas para sanear este aspecto da vida do Legislativo. Não é uma exigência situada no plano de responsabilidade pessoal de um parlamentar. Todos sabem que transcende à postulação individual para ser exigência de Lei".

Nós queremos, ao terminar nosso pronunciamento, parabenizar aqueles funcionários desta Casa, que aqui vêm todos os dias, trazer os seus serviços, prestar a sua assistência, no desenvolvimento, no progresso, no bom andamento do Poder Legislativo. Pedimos e solicitamos que os ausentes também voltem, para fazer jús à remuneração que recebem com prejuízos alheios, todos os meses. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, comunicando também que restam 15 minutos para o encerramento do Grande Expediente.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei breve. Há alguns dias, esta Casa debateu e votou a convocação do Sr. Secretário do Interior, para aqui vir, prestar informações de viva voz, sobre a situação em que se encontra a propalada transferência do controle acionário da TELEPAR à TELEBRÁS. Soubemos que no dia de hoje, ainda aqui, estará o Secretário do Interior, para trazer pessoalmente e por escrito, resposta às informações que solicitamos.

Surpreendeu-nos, notícia divulgada no dia de ontem por um jornal desta Capital, por uma coluna bastante lida, de que enquanto, os deputados debatiam nesta Assembléia, a convocação do Secretário, um jornalista, sem qualquer dificuldade ou exclusividade, recebia informações que nós, queríamos receber de viva voz e que o Paraná também queria receber de viva voz. A imprensa tem todo o direito de ser bem informada; a imprensa tem todo o direito de saber o que se passa e transmitir aos seus leitores o que está se passando, é o direito que ele tem, e que nós reconhecemos e defendemos energicamente até. Mas que nós sabemos que o Paraná, a Assembléia e o povo, também têm esse direito. Quando o Governo governa em segredo, quando o gover-

no tem medo de dizer o que pensa e o que pretende fazer, negando ao povo, a quem deve prestar contas, a informação de seus atos. está cometendo o que os criminalistas chamam de "vitimização coletiva" porque transforma a coletividade em vítimas, pois não sabe o que faz de seus interesses e de seu destino.

O assunto TELEPAR esgotou até a paciência de muita gente e não se sabe ao certo o que é que se vai fazer. Vejo, pelos jornais, que a decisão não caberá ao Paraná, nem ao povo do Paraná, nem à Assembléia, mas exclusivamente ao Governo com entendimentos na alçada federal. Temo pelo resultado desses entendimentos, porque hoje em dia os governadores, em vez de serem representantes de seu Estado, são, na verdade, meros delegados do Poder Central que não têm, na maioria das vezes, autoridade para contrariar aquele que os nomeou.

Parece que o povo do Paraná tem o direito de saber e de decidir sobre as questões fundamentais de seu Estado. Virão as informações do Sr. Secretário. Ele não virá aqui nesta Tribuna.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estranho a posição de V. Exa. em considerar que mesmo prestando as informações oficialmente – porque o fará por escrito o Governo do Estado esteja, no dizer de V. Exa. fazendo segredo de sua posição em relação à pretendida manutenção do controle acionário da TELEPAR. Quer me parecer que nada mais democrático do que o Governo responder às informações solicitadas por V. Exa. através de documentação oficial que V. Exa. receberá. Não vejo porque pretender situar o Governo neste episódio como se contrário aos interesses do povo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Pelo contrário. Inclusive elogiamos o comportamento do Governo, que sabíamos contrário à entrega, mas sabíamos por ouvir dizer. O que pretendemos, ao solicitar a presença do Sr. Secretário, é dar ao Governo do Estado, o respaldo popular para que possa resistir a esta entrega. Quando convocamos o Secretário sabíamos que era o melhor meio de provocar o debate sobre esta questão que o Paraná inteiro quer debater. Achamos que a vinda do Sr. Secretário a esta Casa provocaria maior atenção sobre a matéria e S. Exa. sairia daqui com o respaldo necessário para assumir a posição que sei, de coração e de sã consciência, quer assumir.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, a posição de V. Exa. sempre foi entendida como aquela de que o Poder político pudesse dar ao Poder Executivo o respaldo necessário. Porque, afinal de contas, esta Casa é a caixa de ressonância da vontade popular. Mas, a recusa da bancada do Governo em permitir que o Sr. Secretário do Interior viesse a esta Casa para debater, em sessão pública, o assunto de tamanha importância, teve razões que não nos permitem revelar.

O SR. OSVALDO MACEDO – Perfeitamente. Entendo bem as ponderações feitas por V. Exa. Mas, essas informações não puderam ser dadas pelo Sr. Secretário do Interior a esta Casa, o foram à imprensa. Sei que a imprensa tem esse direito, mas esta Casa também o tem.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu havia lido as informações que foram trazidas à Casa, não as divulguei porque achei que por bem o Sr. Governador as aprovasse. Mas, quando V. Exa. tiver conhecimento das informações vinda a esta Casa, haverá de verificar que são no sentido de de fixar a posição do Governo do Estado do Paraná, na defesa da gente paranaense.

E quero mesmo acreditar que V. Exa., oportunamente, terá o testemunho vivo dessa posição aberta do Governo do Esta-

do. O que nós desejamos, nós da Arena, é evitar quaisquer atritos entre a administração federal e a estadual.

O SR. OSVALDO MACEDO – Perfeitamente. Desde que esses atritos prejudiquem o Paraná, devem ser evitados.

Ocorre, Sr. Deputado, que nós entendemos que a responsabilidade da Companhia Telefônica do Paraná não deverá ser privilégio exclusivo do Poder Executivo. Cabe também ao Poder Legislativo saber o que se passa no Paraná. Porque, cada um de nós Deputados que tem assento nesta Casa, tem responsabilidade em certas áreas, e serão cobrados por todos aqueles que têm contacto.

O SR. IVO THOMAZONI – Mas, o Poder Executivo está informando o Legislativo, dentro do prazo constitucional.

O SR. OSVALDO MACEDO – Perfeito. Acho que até agora não me fiz entender. Porque, com o meu pedido de informações não pretendia apenas as respostas. Pretendia a vinda do Sr. Secretário, o que permitiria o debate a fim de que pudéssemos dar-lhe maior cobertura para que S. Exa. pudesse manter sua posição. Porque, o debate faria com que os 54 Srs. Deputados se interessassem pela matéria.

Mas, para por fim a essa delonga, entendi que deveria apresentar um projeto a fim de que se revogue aquele famigerado projeto de 10 de junho de 1974, aprovado apressadamente por esta Casa, sem debate, e que permitiria que o controle da TELEPAR fosse exercido pelo Estado, ou por entidades da administração federal, e permitiria transferência do controle acionário da TELEPAR à TELEBRÁS. E se essa lei perder seu vigor, sua vigência, essa mal não será cometido.

Por esta razão, apresentaremos um projeto de lei, com dois artigos somente. (Lê):

PROJETO DE LEI Nº 46/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – O controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná – TELEPAR, será exercido privativamente pelo Estado.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogado o artigo 1º, da Lei nº 6.552, de 10 de junho de 1974, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente Plano de Lei é assegurar ao Estado do Paraná o controle acionário de sua Companhia de Telecomunicações – TELEPAR, impedindo-se que o mesmo possa, consoante é autorizado pela Lei nº 6.552, de 10/06/74, ser transferido para outra pessoa jurídica de direito público.

Aliás, a imprensa local tem noticiado a iminência dessa transferência para a União, o que tem suscitado os mais veementest protestos por parte de todos os paranaenses, notadamente das classes produtoras.

Demais argumentos, reforçando a tese aqui defendida, justificando a conveniência e oportunidade do presente Plano de Lei, serão oferecidos verbalmente em Plenário.

Apresentamos hoje este Projeto de Lei. Para ele pedimos Regime de Urgência e gostaríamos que esta Casa, através de sua Mesa, transmitisse ou informasse ao Executivo estadual de que esta Lei está em tramitação, e que o Governador do Estado espere a decisão desta Casa sobre o Projeto, para depois, então, tomar qualquer iniciativa com relação a TELEPAR, senão, pelo menos em respeito ao Poder Legislativo.

Era só. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 32/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 117/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os municípios que especifica, objetivando construção de prédios para as Delegacias de Polícia locais e Cadeias naquelas comunas. Pareceres **favoráveis da C.C.J. e C.P. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 11/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 199/74, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Paraná, através das Secretarias de segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/75, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 199/74 que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e o Município de Pérola, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/74, de autoria do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que declara de Utilidade Pública o 1º de Maio Esporte Clube da Cidade de Curitiba. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 258/73 que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional. Pareceres **favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado artigo por artigo.**
2ª DISCUSSÃO — DO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 27/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 118/74 que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado, artigo por artigo.**
2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 226/74 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os municípios de Gal. Carneiro e Inácio Martins, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, aplicando dotações e verbas que especifica. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/75 que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 225/74 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 192/74 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Tapejara, objetivando implantação de complexo Rádiorcomunicação de Fonia e Telegrafia, no referido município. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 177/74, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita Mãe Margarida, com sede nesta Capital. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 63/74, de autoria do Deputado Ovidio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a integrar na rede de Ensino os Colégios Vidigal e São Lourenço, no município de Cianorte, pertencentes à Companhia Nacional de Escolas da Comunidade. Pareceres **favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão — Em votação.**

PROJETO DE LEI Nº 63/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a integrar na rede de ensino, os Colégios Vidigal e São Lourenço, do município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1974.

a) OVIDIO FRANZONI

JUSTIFICATIVA:

Os dois Colégios supra-mencionados encontram-se em tal penúria financeira que o seu fechamento poderá ocorrer a qualquer momento. Não pode o Estado deixar ao desamparo um número avultado de jovens que, a meio caminho dos respectivos cursos, teriam de suportar irreparáveis ônus em sua vida estudantil.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 63/74

I – O projeto ora em pauta, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, tem condições de receber o apoio nesta Comissão, pois trata-se de iniciativa das mais nobres. O Governo do Estado deve tomar as medidas necessárias junto à Secretaria de Educação e Cultura, a fim de que não se deixe ao desamparo um número elevado de jovens.

II – Do ponto de vista financeiro, atribuição conferida a esta Comissão, para opinar, nada existe a opor.

Nosso parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) RELATOR – Ilegível.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 63/74

De autoria do ex-Deputado OVIDIO FRANZONI, o Projeto de Lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a incluir na rede de ensino do Estado os Colégios Vidigal e São Lourenço ambos localizados no município de Cianorte.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade opinaram favoravelmente à aprovação do Projeto.

No âmbito desta Comissão Técnica, não se insurge nenhum óbice que se possa antepor à aprovação da medida pleiteada. Destarte, opino pelo seu ACOLHIMENTO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente

NELSON BUFFARA – Relator

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Para encaminhar a votação).

Srs. Presidente, Srs. Deputados.

Verificando o projeto de lei apresentado pelo eminente ex-Deputado Ovidio Franzoni, que pede a integração de dois Colégios da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade na rede estadual de ensino.

Não poderia deixar passar despercebida a intenção deste projeto porque, no meu entender, caberia ao Estado, se houver interesse, a criação de ginásio ou colégios nessa localidade. O que não deverá ocorrer, nunca, é a encampação de dois colégios particulares que vêm funcionando e vêm dando a sua contribuição à rede de ensino de nosso Estado.

Por este motivo, Sr. Presidente, quero deixar registrado o meu voto contrário a este Projeto de Lei,

O SR. PRESIDENTE – Continua em votação o Projeto de Lei n.º 63/74. – **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 118/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 118/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º – Fica declarada Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede em Curitiba.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

D

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1974

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A Academia Feminina de Letras do Paraná, fundada em 25 de novembro de 1970, é uma sociedade civil, cultural e assistencial, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, tendo sede e foro na Capital do Estado.

A Entidade em questão preenche todos os requisitos necessários para ser declarada de utilidade pública, pois seus estatutos estão devidamente registrados no Cartório competente e sua Diretoria não percebe nenhuma remuneração. A Academia Feminina de Letras do Paraná, pelos relevantes serviços que presta já fez por merecer da municipalidade em que tem sede, a Lei n.º 4.853 que lhe declarou de utilidade pública. Assim sendo, de inteira justiça o Plano de Lei que tenho a honra de submeter à aprovação desta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/74

De autoria do Deputado IVO THOMAZONI, o Projeto de Lei ora em exame, visa declarar de Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede nesta Capital.

O Projeto está articulado nos termos do Regimento Interno e a entidade beneficiada preenche os requisitos da Lei pertinente.

Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO – Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 139/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Câmaras Municipais do Paraná”, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 139/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ”, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela, destina-se ao congrassamento de todas as Câmaras Municipais do Estado, visando desenvolver o espírito associativo entre as representações populares que militam nas Câmaras Municipais, bem como realizar estudos dos problemas sócio-econômicas das comunas paranaenses, procurando através de congressos e concentrações regionais, as soluções mais adequadas para os problemas existentes, visando proporcionar um desenvolvimento não só econômico mas administrativo, social e cultural, mais concêntrico com o progresso do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 139/74

Trata o presente Projeto de Lei de declarar de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais do Paraná.

Não há norma legal específica que discipline a matéria, tendo-se, até hoje, definido tais concessões sem outro fundamento que não o do mérito da entidade apontada e do real valor das atividades que desenvolve..

A ACAMPAR, embora de recente fundação, com alguns meses de funcionamento, já demonstrou e de forma palpável que, efetivamente, vem cumprindo as altas e louváveis finalidades a que se propõe, e, principalmente, tem efetuado um recomendável e profícuo labor no sentido não só do congrassamento entre os legislativos municipais do Estado e seus membros, como também contribuído, através de uma variada gama de serviços, para o equacionamento de diversas questões de órbita municipal. A somatória de sua atuação já a revela como um dos fatores responsáveis pela elevação do nível municipalista, em âmbito legislativo, no Estado do Paraná.

O processado atende as normas de procedimento, até aqui validadas para questões desta natureza, pelo que está em condições de sofrer normal tramitação.

Opinamos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETTO – Presidente
a) ENÉAS FARIA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 173/74, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Creche e Escola Maternal “O Bom Pastor”, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 173/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º – Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a, CRECHE E ESCOLA MATERNAL “O BOM PASTOR”, com sede e foro em Curitiba, Paraná, mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1974.

- a) IGO LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A Creche e Escola Maternal “O Bom Pastor” tem por objetivo a prestação de assistência à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança; prestando assistência alimentar e médica à criança e à gestante, recreação e educação dos mesmos com amparo às mães que trabalham fora do lar.

Pelas razões estatutárias que apresentamos, é fácil de verificar que a entidade, pelas altas finalidades, merece ser declarada de Utilidade Pública.

Atualmente possui cem crianças que ali são assistidas, numa louvável participação comunitária à solução dos problemas sociais.

Os Estatutos estão devidamente registrados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob nº 385, em 11 de junho de 1971.

Esperamos, assim, que o presente Projeto seja devidamente aprovado pela Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 173/74

Tem por objetivo o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Igo Iwan Losso, declarar de utilidade pública a Creche e Escola Maternal “O Bom Pastor”, com sede nesta Capital.

Examinando o plano de Lei, bem como a documentação que o acompanha, verificamos que os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do mesmo pelo Plenário desta Assembléia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETTO – Presidente
a) DENI SCHWARTZ – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 194/74, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Menonita e Assistência Social – A.M.A.S., com sede e foro na Cidade de Palmeira. Parecer **favorável** da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 194/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – A.M.A.S., com sede e foro em Palmeira – Paraná.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1974.

- a) IGO LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Como se pode depreender do anexo estatuto a finalidade da AMAS é prestar assistência aos necessitados e promover a educação de base. Tem ela realmente cumprido suas altas finalidades, pois ela é a única entidade no Município de Palmeira que mantém uma creche que ampara noventa crianças desamparadas, mantendo convênios com o IAM de Curitiba e a Kinderntchilfe da Alemanha.

Já foi declarada de utilidade pública municipal através da Lei nº 658 de 9 de novembro de 1970.

Está devidamente registrado no 1º Cartório de títulos e documentos sob o nº 12.0973, Livro A nº 922.

Sua diretoria nada percebe pecuniariamente e seus recursos são totalmente empregados no país em suas finalidades estatutárias.

Daí, porque entendemos ser justa a presente proposição, que esperamos seja unanimemente aprovada pela douta Assembléia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 194/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Igo Iwan Losso, tem por objetivo declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – AMAS”, com sede na cidade de Palmeira, neste Estado.

Examinando o Plano de Lei, bem como os documentos que o acompanha, podemos verificar que os requisitos exigidos pela legislação vigente reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do Projeto por esta Casa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) ENÉAS FARIA – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Eugênio José Bocchi, ocorrido em Ponta Grossa. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Amílcar da Silve Pires. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, ao Poder Executivo e Legislativo do Município de Clevelândia, em especial a Samel, pela iluminação do Estádio Max Stalchmidt. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de promover a vacinação em massa contra meningite, em diversos municípios. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando informações dos motivos que provocam a demora na expedição de cédulas de identidade civil pelo Instituto de Identificação. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de solicitar seja estudada a possibilidade da criação e instalação da Comarca no Município de Palotina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando sejam oficiados aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, no sentido de que, a partir desta data, conste nas passagens de ônibus, excetos os urbanos, o nome do passageiro e seu respectivo documento. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, determinando a modificação da transmissão da Agência Nacional “A Voz do Brasil” para que seja irradiada e televisionada, dando conhecimento ao povo brasileiro, dos atos mais relevantes que ocorre no Território Nacional. – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sr. Presidente, solicito a leitura do Requerimento em votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO – (procede à leitura do Requerimento).

O SR. LÚCIO MACHADO – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, o requerimento do nobre Deputado é análogo a um requerimento que recentemente dei entrada nesta Casa. Ele tem o destino da área federal.

A Presidência vetou o meu requerimento que embora se destina a outro Departamento da área federal, sob a alegação de que não é atribuição do Deputado Estadual, requerer. É apenas esta a observação.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao Sr. Deputado que naquela oportunidade o requerimento era de pedido de

informações ao órgão federal. O presente requerimento era para que se oficiasse solicitando a modificação do horário para a transmissão da Hora do Brasil. Portanto em votação.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, queria perguntar ao autor da proposição, se podemos alterar a expressão “solicitação”, para “sugerindo”. Quer me parecer que como sugestão seria válido, embora creia que uma rede de televisão das 19,00 às 20,00 horas, considerado horário nobre, seria altamente oneroso para o Governo da República, horário considerado mais caro deste País. Todavia, como a iniciativa é do eminente Deputado, sugeria que se alterasse a expressão “solicitação”, para “sugerindo”.

O SR. PRESIDENTE – Continua em votação. O Sr. Deputado Ernesto Gnoato concorda com a mudança da expressão “solicitação”, para “sugerindo”. Não havendo mais quem queira encaminhar a votação. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Direção do Banco do Brasil em Curitiba e Brasília, no sentido de ser determinado o início da construção do prédio da futura agência daquele Banco, no Município de Pitanga. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de estender a construção de segunda pista da BR-277, trecho Paranaguá-Campo Largo, até o encontro com a Rodovia Palmeira-Irati-Relógio. – Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho oportuno o requerimento do nobre Deputado Alfredo Gulin. Apenas consultaria o proponente para aduzir na justificativa um aspecto que me parece bastante importante e que virá justificar inteiramente a duplicação de Curitiba-Ponta Grossa. O Governo Federal está iniciando a duplicação da Regis Bittencourt e os que moram no Sudoeste sabem que o prosseguimento do trânsito do Sudoeste está bem mais difícil – Ponta Grossa-Itararé. No momento em que ficar liberado o trânsito mais intenso Curitiba-Ponta Grossa para os ônibus do Trânsito do Sudoeste até atingir a BR-116. Acredito que o Ministro dos Transportes devia ter previsto. Haverá um esvaziamento de Ponta Grossa a Itararé porque o caminho natural para atingir São Paulo-Rio é a BR-116. Solicitaria ao nobre Deputado que na justificativa deixasse enxertar este aspecto, no momento em que a Regis Bittencourt for liberada haverá maior trânsito Ponta Grossa-Curitiba, porque o caminho natural para atingir São Paulo-Rio é pela BR-116.

O SR. PRESIDENTE – Em votação. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel-Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, pelas medidas que vêm de ser adotadas com vistas à conclusão da Rodovia “Parigot de Souza”. – **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nºs 1/74, 27/74, 5/75, 13/75, 18/75, 24/75, 165/74, 177/74.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 63/74, 118/74, 139/74, 173/74 e 194/74.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 26/75.

Levanta-se a Sessão.